

# ACÓRDÃOS DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL



**76.º volume**

2009

	Págs.
— Acordaos do Tribunal Constitucional .....	3
1 — <a href="#">Fiscalizac.au</a> abstracta da constitucionalidade e da legalidade .....	5
Acórdão n.º 494/09, de 29 de Setembro de 2009 — Declara a inconstitucionalidade, com forca obrigatória geral, da norma contida no n.º 9 do artigo 98.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, na parte em que impõe que efectuem pagamento especial por conta entidades que, no exercício a que o pagamento respeita, apenas auferiram rendimentos isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), e a inconstitucionalidade consequential da norma contida no n.º 5 do artigo 44.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, na parte em que se refere às mesmas entidades, ressaltando os efeitos produzidos até a publicado deste Acórdão .....	7
Acórdão n.º 654/09, de 16 de Dezembro de 2009 — Declara, com forga obrigatória geral, a inconstitucionalidade da norma contida no artigo 2.º, n.º 7, <i>in fine</i> , do Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1 de Julho, na versão constante do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2003/M, de 23 de Agosto, na medida em que permite ao Governo Regional da Madeira autorizar a desafectacao dominial e a integrado no patrimonio de urna sociedade de capitais exclusivamente públicos das faixas do dominio público marítimo delimitadas nos artigos 8.º, 9.º e 13.º, do Anexo II daquele Decreto Legislativo Regional; nao toma conhecimento do pedido quanto às normas contidas ñas Resolu^oes n.º 190/2004, de 19 de Fevereiro, e n.º 778/2005, de 9 de Janeiro, do Governo Regional da Madeira .....	27
1 — Fiscalizado concreta da constitucionalidade e da legalidade .....	59
Acórdão n.º 486/09, de 28 de Setembro de 2009 — Nao julga inconstitucional a norma constante do n.º 1 do artigo 187.º do Código de Processo Penal de 1987, na redacto anterior á Leí n.º 48/2007, de 29 de Agosto, quando interpretada no sentido de que o respectivo conteúdo abrange o acesso a facturagao detalhada e a localizado celular .....	61

- Acórdão n.º 487/09, de 28 de Setembro de 2009 — Não julga inconstitucional a norma do artigo 74.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de Setembro, na interpretado segundo a qual o recurso deve ser interposto no prazo de 10 dias a partir da sentença ou do despacho, ou da sua notificação ao arguido caso a decisão tenha sido proferida sem a presença deste, estabelecendo um prazo mais curto para o recorrente motivar o recurso do que aquele que decorre do artigo 411.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, com a redacção conferida pela Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto.....83
- Acórdão n.º 488/09, de 28 de Setembro de 2009 — Julga orgánicamente inconstitucional o artigo 153.º, n.º 6, do Código da Estrada, na parte em que a contraprova respeita a crime de condução de veículo em estado de embriaguez e seja consubstanciada em exame de pesquisa de álcool no ar expirado, efectuado mediante a utilização de aparelho aprovado para o efeito.....99
- Acórdão n.º 490/09, de 28 de Setembro de 2009 — Julga inconstitucional, a norma constante da alínea *a*) do n.º 3 do artigo 12.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, na redacção conferida pela Declaração de Rectificação n.º 21/2009, de 18 de Março de 2009 (relativa ao Código do Trabalho).....107
- Acórdão n.º 493/09, de 29 de Setembro de 2009 — Não julga inconstitucionais o artigo 18.º da Lei n.º 80/77, de 26 de Outubro, e o quadro anexo a Lei n.º 80/77, de 26 de Outubro, para onde remete o artigo 19.º, n.º 2, deste diploma (pagamento das indemnizações por nacionalizado).....115
- Acórdão n.º 499/09, de 30 de Setembro de 2009 — Não julga inconstitucionais as normas dos artigos 122.º e 123.º do Estatuto dos Magistrados Judiciais (EMJ), na interpretado de que o arguido não tem de ser notificado da proposta de resolução final do instrutor do processo disciplinar, salvo quando neste se suscitarem questões sobre as quais o interessado não tenha tido anteriormente oportunidade de se pronunciar; e não julga inconstitucional a norma da alínea *ej* do artigo 151.º do EMJ, quando interpretada no sentido de permitir a avocação pelo Plenário de processo disciplinar pendente perante o Conselho Permanente do Conselho Superior da Magistratura.....139
- Acórdão n.º 500/09, de 30 de Setembro de 2009 — Não julga inconstitucional a norma do n.º 1 do artigo 4.º do Código do Imposto sobre o Valor

Acrescentado (OVA), na redacção do Decreto-Lei n.º 100/95, de 19 de Maio, sobre o regime de tributação de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) das prestações de serviços.....	155
Acórdão n.º 546/09, de 27 de Outubro de 2009 — Não julga inconstitucional a norma do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 303/2007, de 24 de Agosto, na interpretação de que o recurso extraordinário para uniformização de jurisprudência, previsto no artigo 763.º do Código de Processo Civil, na redacção emergente do mesmo diploma legal, não é aplicável aos processos pendentes em 31 de Dezembro de 2007. . . . .	169
Acórdão n.º 549/09, de 27 de Outubro de 2009 — Não julga inconstitucionais as normas dos artigos 333.º, n.º 5, do Código de Processo Penal e do artigo 673.º do Código de Processo Civil, na interpretação de que o conhecimento do recurso interposto da decisão condenatória pelo defensor constituído impede a interposição posterior de novo recurso da mesma decisão quando o arguido vier a ser pessoalmente notificado; não julga inconstitucional a norma do artigo 113.º, n.º 9, do Código de Processo Penal, interpretada como não exigindo que os acordos dos tribunais superiores proferidos em via de recurso sejam notificados pessoalmente ao arguido; julga manifestamente infundada a questão de inconstitucionalidade relativa às normas dos artigos 414.º, n.ºs 2 e 3, e 420.º, n.º 1, do Código de Processo Penal.....	183
Acórdão n.º 550/09, de 27 de Outubro de 2009 — Não julga inconstitucional a norma da alínea b) do n.º 3 do artigo 129.º do Código do Trabalho (na sua redacção originária), quando interpretada no sentido de que trabalhador a procura de primeiro emprego é unicamente aquele que não tenha sido anteriormente contratado por tempo indeterminado.....	205
Acórdão n.º 554/09, de 27 de Outubro de 2009 — Não julga inconstitucional a norma do n.º 7 do artigo 89.º-A da Lei Geral Tributária (redacção da Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro), quando interpretada no sentido de que a forma processual urgente, aí prevista, constitui a única via de impugnação judicial da decisão de avaliação da matéria colectável pelo método indirecto.....	219
Acórdão n.º 578/09, de 17 de Novembro de 2009 — Não julga orgánicamente inconstitucional o Decreto-Lei n.º 237/2007, de 19 de Junho, que estabelece a responsabilidade contra-ordenacional dos empregadores de motoristas de veículos pesados de mercadorias, por factos praticados em violação dos tempos de condução e repouso destes trabalhadores. . . .	231

Acórdão n.º 583/09, de 18 de Novembro de 2009 — Nao conhece do recurso por as "circulares" da Administrado Tributaria nao constituírem 'normas' para efeitos de controlo de constitucionalidade da competencia do Tribunal Constitucional.....	239
Acórdão n.º 586/09, de 18 de Novembro de 2009 — Nao julga inconstitucional a norma do artigo único da Portaria n.º 955/2006, de 13 de Setembro, na parte em que determina que o regime processual experimental, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 108/2006, de 8 de Junho, é aplicável aos Juízos Cíveis do Tribunal da comarca do Porto.....	251
Acórdão n.º 593/09, de 18 de Novembro de 2009 — Confirma decisão sumaria que nao julgou inconstitucional a norma do artigo 1842.º, n.º 1, alinea a), do Código Civil, na medida em que limita a possibilidade de impugnagao, a todo o tempo, pelo presumido progenitor, da sua paternidade.....	259
Acórdão n.º 596/09, de 18 de Novembro de 2009 — Nao julga inconstitucional a norma constante do artigo 12.º, n.º 1, da Lei n.º 24/2007, de 18 de Julho, na acepgão segundo a qual em caso de acidente rodoviário em auto-estradas, em razáo do atravessamento de animais, o ónus de prova do cumprimento das obrigagoes de seguranza pertence á concessionária e esta só afastará essa presungão se demonstrar que a intromissão do animal na via nao lhe é, de todo, imputável, sendo atribuível a outrem, tendo de estabelecer positivamente qual o evento concreto, alheio ao mundo da sua imputabilidade moral que nao lhe deixou realizar o cumprimento.....	279
Acórdão n.º 597/09, de 18 de Novembro de 2009 — Nao julga inconstitucional a norma constante do artigo 12.º, n.º 1, da Lei n.º 24/2007, de 18 de Julho, que determina urna inversão do ónus da prova da culpa, pela ocorrencia de acidentes rodoviários em auto-estradas concessónadas, causadores de danos em pessoas ou bens, provocados pelo atravessamento de animais.....	299
Acórdão n.º 598/09, de 18 de Novembro de 2009 — Nao julga orgánicamente inconstitucional o arco normativo formado pelos artigos 8.º, n.º 1, 10.º, n.º 2, e 16.º do Decreto-Lei n.º 237/2007, de 19 de Junho, quando prevé a punigão do empregador pela infraccao ao disposto no artigo 8.º, n.º 1, como contra-ordenacjío.....	327
Acórdão n.º 600/09, de 18 de Novembro de 2009 — Nao conhece do recurso na parte referente ás normas dos artigos 120.º e 123.º do	

Código do Procedimento Administrativo, do artigo 133.º do mesmo Código, e dos artigos 111.º, 112.º, 115.º, 116.º e 117.º do Código do Imposto Municipal de Sisa e do Imposto Sobre Sucessões e Doações; não julga inconstitucional a norma do artigo 284.º, n.º 5, do Código de Procedimento e de Processo Tributário, quando interpretada no sentido de que cumpre ao relator no tribunal recorrido verificar a existência de oposição de julgados em recurso interposto com este fundamento. . . . . 335

Acórdão n.º 603/09, de 2 de Dezembro de 2009 — Não julga inconstitucional a norma do n.º 6 do artigo 215.º do Código de Processo Penal, na redacção introduzida pela Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto, na interpretação segundo a qual a elevação do limite máximo da prisão preventiva aí previsto para metade da pena que tiver sido fixada pelo tribunal superior, em caso de recurso, se aplica não apenas quando tenha sido confirmada a sentença condenatória da primeira instância, mas também quando tenha sido agravada pelo tribunal de recurso a pena fixada nessa sentença. . . . . 351

Acórdão n.º 612/09, de 2 de Dezembro de 2009 — Julga inconstitucional a norma do n.º 2 do artigo 8.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, interpretada no sentido de que não confere direito a indemnização a constituição de uma servidão *non aedificandi* de protecção a uma auto-estrada que incida sobre a totalidade da parte sobrance de um prédio expropriado, quando essa parcela fosse classificável como "solo apto para construção" anteriormente à constituição da servidão. . . . . 365

Acórdão n.º 624/09, de 2 de Dezembro de 2009 — Revoga a decisão sumária reclamada por se considerarem susceptíveis de recurso de constitucionalidade as decisões proferidas em providências cautelares, mesmo que versem sobre normas que irão também ser utilizadas na decisão da acção principal. . . . . 387

Acórdão n.º 626/09, de 2 de Dezembro de 2009 — Julga inconstitucional a norma constante do n.º 3 do artigo 1817.º do Código Civil, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 496/77, de 25 de Novembro, quando interpretado no sentido de estabelecer um limite temporal de 6 meses após a data em que o autor conheceu ou devia ter conhecido o conteúdo do escrito no qual o pretense pai reconhece a paternidade, para o exercício do direito de investigação da paternidade. . . . . 409

Acórdão n.º 632/09, de 3 de Dezembro de 2009 — Não julga inconstitucionais as normas do artigo 50.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e do artigo 75.º do Regime Geral das Contra-Ordenações. . . . . 431

Acórdão n.º 651/09, de 15 de Dezembro de 2009 — Nao julga inconstitucionais as normas do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 322/90, de 18 de Outubro, e do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 1/94, de 18 de Janeiro, quando interpretadas no sentido segundo o qual o direito á atribuição da pensão de sobrevivencia por morte do beneficiario, a quem com ele convivia em união de facto, depende de o interessado estar nas condicoes do artigo 2020.º do Código Civil, isto é, ter direito a obter alimentos da heranca, por nao os poder obter das pessoas referidas no artigo 2009º, n.º 1, alneas a) a d), do mesmo Código ....	461
Acórdão n.º 652/09, de 16 de Dezembro de 2009 — Nao conhece do recurso por nao ter ocorrido urna efectiva desaplicação, por inconstitucionalidade, da norma do artigo único da Portaria n.º 955/2006, de 13 de Setembro, interpretada no sentido de serem competentes os Juízos Cíveis do Tribunal da comarca para preparar e julgar as accoes declarativas cíveis propostas naqueles juízos, as quais tenha sido fixado um valor superior a algada do Tribunal da Relação, quando nao tenha sido requerida a intervenção do tribunal colectivo.....	477
3 — Outros processos.....	489
Acórdão n.º 431/09, de 3 de Setembro de 2009 — Nao conhece do recurso interposto de decisão da Governadora Civil de Castelo Branco, que nao conheceu do recurso de acto do Presidente da Câmara Municipal do Fundão sobre localizado de assembleias de voto.....	491
Acórdão n.º 452/09, de 14 de Setembro de 2009 — Confirma a decisão recorrida que considerou inelegível candidato Inspector da Polícia Judiciária.....	497
Acórdão n.º 473/09, de 23 de Setembro de 2009 — Revoga a decisão que declarou inelegível o primeiro candidato efectivo da lista de um grupo de cidadãos eleitores a Câmara Municipal de Marco de Canaveses. . . . .	503
Acórdão n.º 568/09, de 10 de Novembro de 2009 — Declara juridicamente inexistente decisão do Tribunal da comarca de Nisa relativa as eleicoes na freguesia de Sao Simão, Nisa.....	527
Acórdão n.º 571/09, de 11 de Novembro de 2009 — Decide que os membros do conselho de administrac.ão da Expo Arade — Animagão, E. M. se encontram abrangidos pelo disposto na alinea b) don.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 4/83, de 2 de Abril, na redacção da Lei n.º 25/95, de 18 de Agosto e, consequentemente, sujeitos ao dever de apresentagao da	

declarado de rendimentos, patrimonio e cargos sociais, previstos no artigo 1.º do referido diploma; enquanto administrador executivo da Expo Arade — Animagao, E. M., o requerente encontra-se ainda sujeito ao dever de renovado anual da respectiva declarábalo. . . . . 539

II — Acordaos assinados entre Setembro e Dezembro de 2009 nao publicados no presente volume. . . . .	551
III — Índice de preceitos normativos. . . . .	577
1 — <a href="#">Con.stituic.ao</a> da República. . . . .	579
2 — Lei n.º 28/82, de 15 de Novembro (Organizado, funcionamento e processo do Tribunal Constitucional). . . . .	583
3 — Diplomas relativos a eleigões. . . . .	585
4 — Diplomas relativos a controlo público da riqueza, incompatibilidades e impedimentos de titulares de cargos políticos. . . . .	587
5 — Diplomas e preceitos legais e regulamentares submetidos a juízo de constitucionalidade. . . . .	589
IV — índice ideográfico. . . . .	593
V — Indice geral. . . . .	603